

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A
(PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 018

PRESIDENTE - DEPUTADO CARLÃO NASCIMENTO

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, em nome da Assembléia do Estado de Mato Grosso, damos início a esta audiência pública que tem por finalidade discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias e também o Plano Plurianual, que foram aprovados no ano passado e que passam por uma revisão este ano.

Eu convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral, Yênes Jesus de Magalhães; o Exmº Sr. Deputado e membro da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Dilceu Dal Bosco, que está designado para ser o relator do PPA; o Exmº Sr. Deputado João Malheiros, 3º Secretário da Assembléia Legislativa, que também será o relator da LDO; a Exmª Srª Deputada Verinha Araújo e o Exmº Sr. Deputado Da Silva.

Agradecemos a presença do Sr. Arnaldo Alves de Souza, Secretário Adjunto de Planejamento do Estado de Mato Grosso; do Sr. Ney Rondon, Vereador e presidente da Câmara Municipal de Poconé; do Sr. Clóvis Martins, Vereador de Poconé; da Srª Regiane Berchiel, gestora da SEPLAN; da Srª Nelci Pimenta de Medeiros, gestora governamental da SEPLAN; do Sr. Amauri Campos, técnico da Secretaria de Desenvolvimento Rural; da Srª Vivian Danielle de Arruda e Silva, assessora técnica da SEPLAN; do Sr. William Rangel de Moura, assessor técnico da SEPLAN; do Sr. Otaviano Gomes, assessor da Assembléia Legislativa; da Srª Edite Maria, assessora especial de planejamento da SEPLAN; da Srª Josiane Andrade, gestora da SEFAZ; do Sr. Luiz Roque de Hungria, presidente da Associação de Moradores do Bairro Parque Amperco; do Sr. Marco Antônio Bastos, representando o SINDAL.

Nós realizaremos esta audiência no dia de hoje; faremos outra amanhã, às 14:00 horas, na Câmara Municipal de Várzea Grande; já foi feita uma audiência pública na cidade de Vila Rica; e vamos fazer mais uma audiência pública, segunda-feira, às 19:00 horas, na cidade de Cáceres. Depois dessas quatro audiências públicas, nós faremos, na próxima terça-feira, mais uma reunião da Comissão para avaliar todas as emendas. Com isso, teremos o relatório e, provavelmente, na Sessão de quarta-feira nós poderemos votar tanto a LDO como também o PPA.

Os dois Relatores - o Deputado Dilceu Dal Bosco vai relatar o PPA - poderão se reunir com a equipe de planejamento até segunda-feira ou terça-feira, para que nós possamos ver quais emendas serão aproveitadas. Se bem que, no caso do PPA, as emendas que os Srs. Deputados apresentaram no passado, eu recebi um relatório do Sr. Yênes mostrando que foram aproveitadas de 80% a 90% daquelas emendas já apresentadas.

Hoje, nós passaremos cópia dessas emendas para toda a equipe de planejamento da SEFAZ, enfim, para que eles trabalhem com o orçamento e nós possamos agilizar mais ainda os trabalhos.

Da mesma forma, o Deputado João Malheiros vai se reunir com a equipe de planejamento, para que nós possamos aproveitar o maior número possível de emendas dos Srs.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Parlamentares. A idéia nossa sempre foi fazer isso em parceria com o Governo, dado esse entendimento que nós temos tido, a Casa tem feito esse trabalho com o Governo no sentido de que nós possamos aproveitar e melhorar todas essas peças orçamentárias. Com isso, nós poderemos atender cada vez mais a população mato-grossense.

Nós vamos, neste instante, passar a palavra ao nosso Secretário de Planejamento, Sr. Yênes Magalhães. Em seguida, nós abriremos a palavra para os Srs. Parlamentares, para a Sr^a Parlamentar e para os demais que dela queiram utilizar. Muito obrigado.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Exm^o Sr. Presidente, Deputado Carlão Nascimento; Exm^o Sr. Deputado João Malheiros; Exm^a Sr^a Deputada Verinha Araújo; Exm^o Sr. Deputado Dilceu Dal Bosco; Exm^o Sr. Deputado Da Silva; Sr. Arnaldo, Secretário Adjunto; senhoras e senhores; imprensa.

Nós queremos, primeiramente, Deputado Carlão Nascimento, fazer um agradecimento. Mais uma vez, conforme Vossa Excelência mesmo disse, foi dado o mesmo encaminhamento do ano passado, e nós nos buscamos - a Secretaria de Planejamento, e temos aqui uma representante da Secretaria de Fazenda que também acompanhou esse processo no ano passado, a Sr^a Josiane, técnica da Secretaria de Fazenda -, dentro das nossas possibilidades, atender às reivindicações dos Srs. Deputados.

No ano passado, nós tivemos aquele problema de ser regional ou ser municipal, que de última hora a Assembléia Legislativa entendeu e retirou duzentos e cinquenta emendas dos Srs. Deputados ao PPA, com o comprometimento meu de que nós faríamos uma análise de todas essas emendas, de cada Deputado, e nós estaríamos, dentro das possibilidades, contemplando-as no PPA que está sendo revisto neste momento.

Então, eu posso dizer que algo em torno de 90% das emendas foram, todas elas, contempladas no PPA. Nós protocolamos aqui na Casa, ao Presidente Riva, esse relatório, eu acabei de passá-lo aos Srs. Deputados, e cada Deputado, Deputada Verinha Araújo, vai receber, em seu gabinete, apenas a justificativa da SEPLAN a respeito das que não foram contempladas; uma justificativa nossa, técnica, de por que nós achamos que não deveria ser contemplada, para que os Srs. Deputados possam fazer uma análise, e nós estamos abertos à discussão.

Eu recebi informação do Deputado Carlão Nascimento e do Deputado João Malheiros que nós temos para a LDO cento e quarenta e quatro emendas até o presente momento, e trinta e oito emendas para o PPA, como foi colocado pelo Deputado Dilceu Dal Bosco. Novamente, eu quero fazer essa solicitação, em nome de Vossa Excelência, Presidente Deputado Carlão Nascimento, para que seja disponibilizado isso e a nossa equipe possa fazer uma análise o mais rápido possível. E ao sentar com o Deputado Dilceu Dal Bosco, que é o Relator do PPA, e o Deputado João Malheiros, que é o Relator da LDO, que nós possamos auxiliá-los, nos colocarmos à disposição e dissermos que a proposta que o Executivo encaminha para cá, como o próprio nome diz, é uma proposta. Nós somos seres humanos, temos virtudes, temos defeitos, temos vícios, cometemos falhas. Então, é muito importante essa colaboração dos Srs. Deputados de colocar principalmente as suas assessorias na discussão, junto com os nossos técnicos.

Nós fomos procurados na semana passada pelo Deputado Zeca D'Ávila, porque a sua equipe, três técnicos, fez uma discussão ampla na Secretaria de Planejamento e eu sei que ele tem muitas emendas que já apresentou. Mas, sem dúvida alguma, essa discussão, Srs. Deputados, serviu para identificar e para colaborar conosco no sentido de melhor produzir um projeto que realmente venha atender aos anseios da população. Ninguém melhor do que esta Casa, em que estão os verdadeiros representantes da população, que são os Srs. Deputados. Essa é a Casa de Leis, é a Casa do povo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu só quero aproveitar essa oportunidade de mais uma vez agradecer-los e colocar os técnicos, colocar o Governo do Estado à disposição para possamos dar o mesmo encaminhamento que foi dado o ano passado.

Nós vamos fazer uma rápida apresentação, Deputado Carlão Nascimento, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de como ela foi contemplada. Vamos fazer, brevemente, o seu conceito, como ela está delimitada e a questão dos seus anexos. Para isso, vou pedir para o nosso Secretário Adjunto, o Dr. Arnaldo, por favor - ele já preparou esse material -, que apresente. O Dr. Arnaldo está com toda a nossa equipe aqui assessorando: Dr^a Regiane, a Nelci, a Livia, e o nosso particular amigo William.

Por favor, Arnaldo...

Queria sugerir que nós ficássemos na platéia, para ele projetar aqui atrás.
(NESTE MOMENTO É DESFEITA A MESA PARA APRESENTAÇÃO DO DATA SHOW.)

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA - Boa-tarde a todos! Na realidade, o que nós vamos apresentar aqui, tentar mostrar, é apenas uma seqüência do trabalho que está sendo analisado, da proposta que foi apresentada e a sua construção.

Nós, na realidade, ao longo do nosso trabalho na SEPLAN, temos tentado difundir, principalmente junto à sociedade, a importância que a sociedade tem que ter no conhecimento dos instrumentos de planejamento do Estado. Nós temos participado de alguns Fóruns e tem sido bastante questionada a participação da sociedade, como um todo, nas decisões de Governo, na elaboração dos seus planos. Nós temos questionado bastante a respeito dessa participação: se a sociedade conhece o princípio básico da sua participação, se ela conhece a legislação... Inclusive, nós temos colocado a ausência das próprias escolas na divulgação do que nós chamamos de suma importância, que é a parte cívica do conhecimento, principalmente no curso superior, da parte que rege a legislação do Estado e o seu principal instrumento, que é o PPA e a sua decomposição tanto na LDO, quanto na LOA e aqui no Estado, particularmente, no seu plano de trabalho anual.

Nós temos mostrado à população ou, pelo menos, às pessoas que fazem a sociedade civil organizada a importância de não só participar, mas de poder conhecer para saber como participar. E isso tem sido a nossa grande dificuldade, porque nós somos constantemente solicitados para fazer algumas alterações, algumas mexidas no processo orçamentário e, se não tivermos o conhecimento do que vamos pedir de mudanças, fica difícil, porque normalmente pedem coisas que são impossíveis de serem feitas.

Eu estive, recentemente, na Universidade e nós tivemos a satisfação de saber que a FAEC aceitou a nossa proposta e vai pensar novamente no curso de administração pública, que foi interrompido em 1986. Nós mostrávamos que esse curso de administração pública, independente da pessoa ir trabalhar na iniciativa privada ou ir trabalhar na iniciativa pública, num setor público, é importante porque mesmo eu estando na iniciativa privada a importância do conhecimento, dos instrumentos de planejamento, dos instrumentos legais, facilitará a minha vida como empresário ou como funcionário de uma empresa privada, pois, o relacionamento direto ou boa parte dele é diretamente com o Governo.

Então, nós destacamos aqui, neste momento, a importância da LDO, porque ela é o elo de ligação entre aquilo que se quer fazer e aquilo que se tem de orçamento para que se possa fazer. É lógico que gostaríamos de fazer muito mais, mas temos sentido cada vez mais a dificuldade - acredito que isso é geral, em nível nacional, em todos os Estados - da capacidade, efetivamente, de realização em função da baixa quantidade de recursos disponíveis para a realização.

Então, é necessário tentarmos elaborar esse elo, essa ponte muito bem feita, para que possamos diminuir a possibilidade de erro e aumentar a qualidade do gasto daquilo que se quer fazer com o pouco recurso que se tem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Eu tenho dito sempre que a Lei de Responsabilidade Fiscal é mais ou menos como aquele segundo passo que damos dentro de casa, quando sabemos quais são as regras que se tem que cumprir, e nós temos, dentro de casa, às vezes que ficar sendo cobrados pelos nossos pais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, para mim, é importante, mas é apenas uma forma de você complementar aquilo que seria obrigação.

Eu tenho dito sempre que comparo a Lei de Responsabilidade Fiscal ao elogio que se dá quando alguém acha alguma carteira no chão, quando alguém acha algum dinheiro, devolve ou entrega e aquilo vira notícia de jornal. Quando isso, para mim, é inerente ao ser humano, não deveria ser notícia de jornal, deveria ser novidade. E a Lei de Responsabilidade Fiscal veio fazer exatamente isso. Ela vem cobrar de nós que trabalhamos com o setor público uma responsabilidade que é inerente ao nosso serviço desde que nós entramos.

Então, nós criamos mais um instrumento de acompanhamento, de fiscalização, e que, na realidade, eu digo que é muito ruim para nós, porque ele vem ser uma forma de nos apresentar, de nos cobrar de uma coisa que sabemos que somos obrigados a fazer, que não precisava ter essa cobrança. Mesmo porque temos aí vários instrumentos de acompanhamento, que são as próprias instituições: o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça... Nós criamos mais uma lei para fazer isso aí. Mas, de todo jeito, ela está aí para ser cumprida. Eu acho também que tem que ser obedecida e, acima de tudo, eu acho que tem que ser ampliada e estendida a todos os eventos, a todas as entidades.

Na realidade, nós temos as prioridades e metas da administração pública: estrutura e organização dos orçamentos, diretrizes gerais para a elaboração do orçamento e disposições sobre as transferências constitucionais. Isso é a base do nosso trabalho, principalmente essa parte que fala das disposições das transferências voluntárias, disposições sobre precatórios judiciais, quer dizer, ela compõe efetivamente todas as ações com que nós pretendemos trabalhar no ano seguinte.

Isso aqui seria, então, o compromisso conceitual que vai ser transformado num compromisso orçamentário e financeiro.

A LDO passou a ter essa construção mais pesada, vamos dizer assim, mais específica, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, se pensarmos como funcionaria desde a Constituição, a Constituição já previa tudo isso. O que acontecia é que nós efetivamente, como eu disse, talvez não estivéssemos executando. Então, criamos uma lei para nos obrigar a cumprir a Constituição, quando eu acho que a Constituição, por si só, é para ser cumprida, não é preciso uma nova lei para cumprir a Constituição.

Então, essas são as leis que regem a elaboração da LDO - os senhores conhecem -, a questão dos prazos, a valorização e a consolidação da LDO.

Eu discuto muito a questão da LDO, no conceito de que.. Eu tenho levado também nas nossas discussões, como planejamento, uma preocupação muito grande quanto à questão do conjunto todo do sistema de planejamento, porque hoje nós temos discutido muito planejamento só de uma fase para frente. Todo mundo se preocupa com o planejamento só na fase de setembro para frente, depois de setembro. Então, eu canso de falar que ficamos aguardando setembro chegar para pensarmos em fazer o planejamento. Aí nós vamos correr atrás do orçamento. Pegamos aquele orçamento que foi elaborado, que está previamente discutido e começamos a pensar nele. E aí começa, com certeza, o grande trabalho dos Srs. Deputados, sendo procurados por muita gente no sentido de que se ache no Orçamento. Se não está no Orçamento, começamos a pensar em fazer remanejamentos e emendas ao orçamento. Então, o sistema de planejamento, em virtude de, na época da construção, da constituição, ser um processo falido, falava-se muito de orçamento. Foi nesse instante que a discussão virou orçamento participativo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Orçamento participativo e emenda ao orçamento passaram a ser discutidos a partir da apresentação do orçamento e não do planejamento. E aí é a grande distorção que temos hoje em dia, em que planejamento, devido a nossa estabilidade financeira, passa a ser uma coisa mais consistente. Temos mais gente hoje praticando e exercendo o trabalho de planejar. Nós vemos esse trabalho todas as vezes indo por água abaixo, quando entramos na parte de orçamento, a partir de outubro, porque aí começam as emendas, e essas emendas começam a descaracterizar tudo aquilo que foi feito no planejamento.

Então, já estive conversando, inclusive, no ano passado, nessa mesma época, com o Deputado Carlão Nascimento. Tinha dito para ele que estamos nos preparando para que possamos fazer um grande desafio à Assembléia Legislativa, que é, em conjunto, começarmos a discutir o planejamento do Estado, o orçamento do Estado, na elaboração da LDO, na elaboração do plano de trabalho do ano, para quando chegarmos aqui para a parte orçamentária, o trabalho ser apenas conclusivo e de acompanhamento se efetivamente tudo aquilo que queríamos, tudo aquilo que fizemos, está composto no orçamento.

O grande problema nosso hoje é que a lei nos obriga a trabalhar por programas. Quando estipulamos os programas que vamos trabalhar, e boa parte deles é representada pelos anexos da LDO, identificamos os recursos para trabalhá-los. Aí vem para a Assembléia Legislativa e há emendas. Eu posso descalçar esses programas, mas eles podem não resultar num bom trabalho na região ou no lugar para onde eles estão programados e aquela emenda pode não resultar num bom produto. Eu canso de comparar com a mesa. Fazemos um programa para construir uma mesa. Começamos, depois do orçamento, a remanejar. Aí um tira o pé da mesa, o outro tira o tampo da mesa, um vai para um lugar, o outro vai para outro e, no final da conta, acabamos não tendo a mesa nem onde projetamos, onde era necessária aquela mesa, e passamos a ter um pé num lugar, o tampo no outro. Isso aí descaracteriza o sistema do planejamento. Entendemos que é neste momento, é na LDO, é na elaboração das diretrizes, é na elaboração do plano de trabalho, que temos o nosso planejamento sendo executado.

Então, eu digo sempre que gastamos praticamente nove meses, até setembro, elaborando um trabalho. Esse trabalho que é feito de setembro até outubro pode ser totalmente destruído com algumas emendas. Não se precisa de muitas, não, só algumas emendas.

Então, estamos nesse trabalho com uma reciclagem em todo o Estado, na parte do sistema operacional de planejamento. A partir daí, então, queremos apresentar, em conjunto com a Assembléia, porque nós entendemos que se não houver essa ligação, nós também não vamos conseguir avançar, para que possamos mudar o conceito e começar a discutir junto com a população, junto com os Deputados, a construção dos programas e não o resultado orçamentário dele, que é apenas uma conclusão. O orçamento, na nossa visão, passa a ser mais uma parte de conclusão.

A SEPLAN, temos dito sempre, é o órgão do Governo responsável pela LDO, mas a responsabilidade é apenas no sentido de que ela executa a função de coordenação geral. A LDO não é um instrumento feito pela SEPLAN. Algumas vezes, temos escutado que a SEPLAN fez o orçamento, a SEPLAN fez... A SEPLAN faz a coordenação dos processos, pois a responsabilidade do sistema de planejamento é dela.

Nós temos, hoje, na construção da LDO, na construção do Orçamento, na construção do PPA, a distribuição de tarefas. Cada um tem a sua contribuição. A Secretaria de Educação tem a sua contribuição, assim como a Secretaria de Administração, a Secretaria de Fazenda. Todas elas têm a sua parte de contribuição. O que a SEPLAN faz é agrupar todos esses trabalhos e trazer, responder junto à Assembléia, tanto é que quando estamos discutindo o sistema orçamentário nós discutimos até setorialmente, vem a Saúde, vem a Educação, vem o Transporte, vem a Cultura. Então, todos eles vêm aqui participar e discutir, porque é o conjunto de tudo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

A SEPLAN, na realidade, é responsável pela coordenação de todos os processos. É bom destacar que apesar de muitas vezes vermos escrito que a SEPLAN é responsável pela confecção tanto da LDO quanto do PPA, quanto de parte da LOA, na realidade, nós apenas representamos o Governo neste momento. Quando eu falo Governo são todas suas secretarias, que nós apenas agrupamos nesse trabalho. É isso que tentamos mostrar nessa nova LDO, que está sendo encaminhada à Assembléia. Não tem muita novidade com relação ao ano anterior. A forma como está confeccionada hoje a LDO não permite muita discussão, porque ela está toda amarrada em cima da Lei de Responsabilidade Fiscal. É só seguir aquele livrinho que tem lá e vamos ter uma amarração muito grande, está muito amarrado.

Então, o que vai variar nesse sentido? Começar a avançar, mas avançar fazendo o quê? Começar a trabalhar com programas, começar a pensar nos programas. A visão que temos para o futuro de Mato Grosso no prazo que estipulamos para um PPA, que não é muito em termos de planejamento, quatro anos. Hoje ainda distribuimos o teto orçamentário por setor. Então, cada secretaria tem seu teto orçamentário. Ela tem lá: pessoal, custeio e investimento. Então, isso daí dificulta, inclusive, o nosso processo de planejar.

Hoje nós estamos trabalhando dentro do Estado uma proposta onde queremos, em primeiro lugar, ter teto definido pela folha, que é o passo número um para definir um teto orçamentário; o passo número dois seria um custo real de cada secretaria; e aqui nós paramos um orçamento em termo setorizado e passaríamos a pensar em termos dos programas. Então, nós distribuiríamos o orçamento pelos programas prioritários de Governo e, a partir desse momento, cada secretaria participaria, mas o orçamento não estaria na secretaria, estaria nos programas.

Isso é mais ou menos um resumo do que nós queremos fazer, do que estamos trabalhando na SEPLAN. O Secretário Yênes tem nos cobrado uma agilidade maior nesse processo, mas nós temos dito sempre para ele que planejar é uma coisa meio complicada, porque não conheço nenhuma faculdade que consiga formar alguém em planejamento e orçamento até hoje, ainda não inventaram. Tanto é que nós temos, após todos esses concursos que ocorreram, as pessoas que se candidataram e passaram, com certeza, hoje estão fazendo algum curso. Nós, inclusive, terminamos um esta semana, que envolve planejamento e orçamento. Já foi pedido até pela Assembléia Legislativa, o Salvador esteve lá, conversamos, conversei com algumas pessoas aqui de que vamos fazer, em conjunto, também esse mesmo curso que terminou agora na SEPLAN, serão feitos para três turmas. Nós vamos apresentar mais uma turma com a participação, com a parceria da Assembléia Legislativa, dos técnicos, que é a elaboração do planejamento e orçamento integrado.

Tenho a honra de antecipar aqui para o meu Secretário Yênes, dizer para vocês que, pela primeira vez, vamos ter aqui na Assembléia Legislativa, entregue no final deste ano - eu não posso dizer no passado muito longe, nos últimos anos -, o planejamento integrado, porque a SEPLAN, no início do ano para cá, passou a trabalhar integrado planejamento e orçamento. Então, não existe mais a Superintendência de Planejamento e a Superintendência de Orçamento. Hoje nós temos as superintendências, estamos criando, vamos encaminhar para a Assembléia Legislativa a modificação, mas está sendo criada a Superintendência de Políticas Públicas, onde lá dentro, sim, nós vamos estar elaborando em conjunto as diretrizes, tanto da parte do planejamento quanto da parte do orçamento, a avaliação para que possamos fazer um trabalho mais homogêneo, evitando aí o que sabemos da distorção entre o que está na LDO e o que está na LOA, que é o grande problema que tivemos no ano passado, o que estava no planejamento, em cima do PPA. Por isso os Deputados nos deram um prazo maior para ajustar o PPA; e também o que estava na LOA, que não tinha uma grande co-relação. Hoje, não, quando terminarmos o PPA, que é derivado da LDO, já estaremos com o Orçamento pronto para ser encaminhado para a Assembléia Legislativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, nessa primeira parte, eu quero só destacar essa importância do sistema de planejamento, destacar que a LDO sozinha não representa o planejamento, ela é apenas mais um dos instrumentos e que é importante que ela seja encarada como um elo de ligação, não como a LDO, mas um elo de ligação no sistema de planejamento do PPA até a LOA.

Eu coloquei aqui, só para termos conhecimento de uma parte que é a mais questionada, normalmente é a parte financeira.

No anexo de metas fiscais, nós colocamos aqui o cenário que nos deu como base para esse processo. Aqui são as receitas para 2005, 2006 e 2007, aparentemente, eu canso de falar, que parece que é muito dinheiro, aí quando a gente começa a distribuir... Nós temos um quadro lá na SEPLAN, que vamos apresentar na época da inauguração da LOA, que está sendo mais aperfeiçoada, que começamos assim: receita total, começamos a descontar 25% para os municípios, 25% para a educação, 4% para a UNEMAT, 0,5% para FAPEMAT, 0,5% para o CEPROTEC, tantos para as outras empresas e vamos descendo, vamos descendo... E aí, de repente, nós chegamos lá no final, sobra algo em torno de 30%. Agora está bom, aí nós vamos começar: dívida, 13%, 14%. Já diminuiu. Aí são os Poderes, 12%, 13%, mais ou menos igual a dívida. Aí você pega a parte do pagamento do Executivo, que são aqueles não vinculados, sobrando o que restou este ano para nós, que é o grande problema, Deputado, quando nós falamos na questão das emendas: sobra cinquenta e dois milhões para custeio e investimento da área do Executivo, que não é vinculada.

Então, nós estamos falando aí do SEDER, SETEC, falando de Secretarias finalísticas que estão aí no meio, como a SEPLAN e todas as outras que não têm valores a ela vinculados. Às vezes são questionados: e o transporte? O transporte tem hoje o recurso do FETHAB, mas ele tem outros investimentos além de estradas, porque o FETHAB cobre a construção de casas e estradas.

Então, quando sobra aquilo lá no final, é o que estamos fazendo agora, é duro, é difícil distribuir migalhas. Distribuir pão é fácil, agora, distribuir o que sobra do pão é muito difícil.

Hoje nós estamos amarrados em tetos orçamentários, o Secretário está terminando de discutir para que possamos fazer a distribuição do teto para 2005, e a nossa dificuldade é essa, é porque não tem. Nós temos que pensar muito para saber aonde vai jogar esse recurso, que é muito difícil.

Aqui é para se ter uma idéia então da primeira parte, onde nós estamos tratando das receitas.

Aqui, no anexo, nós colocamos algumas coisas destacando como chegamos nesses valores. Tem alguns indicadores aqui.

Aqui está uma comparação, a questão 2003, fechada, onde temos as receitas não financeiras, onde está cada um dos valores entre o previsto e o realizado.

Então, nós temos ali nas receitas previstas e realizadas uma avaliação de 16%, no caso de receitas, nas despesas, de 12,01%, e, na dívida, isso aqui que eu acho que é o grande vilão do Estado, temos ali um acréscimo de mais ou menos proporcional à receita, lógico, que à medida que cresce a receita você tem o crescimento da dívida.

Esse é hoje, na nossa opinião como técnico, o grande vilão do Estado, porque ele consegue nos reduzir, efetivamente, em temos da capacidade de investir no Estado, um valor muito grande. E aí eu deixo para o Secretário Yênes, que tem uma tese bastante interessante sobre a nossa participação e a participação do Estado de Mato Grosso nessa dívida, o que ela representa, e que eu acho que tem que ser bastante estudada mesmo, porque esse valor tão grande tem uma culpa muito grande do Governo Federal, quer seja na divisão do Estado, quer seja no investimento que o Estado fez com recurso dele para ser restituído pelo Governo Federal.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Yênes tem um bom trabalho sobre isso aí, e acho importante uma hora ele poder apresentar aqui.

Às vezes eles nos perguntam como vai ser a receita este ano, se vai ter 16% a mais de novo, se vamos conseguir superar a meta do ano anterior. Às vezes, nos reunimos para discutir isso, a Câmara Fiscal reúne para discutir isso e nós temos algumas avaliações que são complexas como, por exemplo, tivemos uma previsão de quebra de safra, e, às vezes, eu mesmo fico questionando: será que a quebra de safra da soja, do algodão ou de qualquer produto, influencia tão diretamente no nosso recurso? A resposta, às vezes, em um primeiro momento, sempre é não. Mas e quanto àquele recurso que entra para o Estado e retorna como se fosse uma cadeia produtiva? Ou seja, comprando aqui, investindo em apartamento, investindo em carro, investindo em óleo diesel, investindo nas lojas? Realmente preocupa, porque se esse dinheiro, embora não seja muito tributado na parte de exportação, entra aqui, muito dele fica aqui dentro do Estado, então, se diminui um pouco a parte de tributação por ser exportação.

O nosso maior produto hoje é de exportação, no caso da soja. Em compensação, aquele agregado que fica aqui, que seja a geração de emprego, que seja o gasto daquele dinheiro em nosso mercado, hoje fica muito comprometido. E nós estamos atravessando um ano com bastantes dificuldades, com uma promessa, com uma tendência de dificuldade até o final do ano, em virtude da quebra da safra que tivemos este ano. Nós estamos estudando, estamos torcendo para que o impacto não seja tão grande que traga um prejuízo maior para o Estado, mas, com certeza, não haverá a mesma remuneração que tivemos no ano anterior. O crescimento, o excesso de arrecadação projetada, com certeza, está bem menor do que o excesso de arrecadação projetada no ano passado.

Aqui é o quadro de metas fiscais. Esses quadros são todos estudados pela equipe que elabora, a equipe da SEFAZ. Além da equipe da SEFAZ, nós temos hoje um trabalho conjunto, inclusive oficial, que é da Câmara Fiscal, que hoje tem ajudado bastante o Estado a se manter dentro dos limites de responsabilidade fiscal estabelecida e a garantir o equilíbrio fiscal. Às vezes, é muito difícil, mas tem sido feito um trabalho pelos técnicos do Estado, que têm, com certeza, garantido, pelo menos por enquanto, que haja o equilíbrio das nossas contas.

A projeção que nós estamos fazendo para 2005 é, vamos dizer assim, animadora, como tem sido nos últimos anos, mas corremos um risco e precisamos do apoio de todas as partes, dos Deputados principalmente, para que possamos formar um grande núcleo e continuar discutindo a questão da dívida.

No ano passado, a projeção da dívida estava em seiscentos e onze milhões de reais para pagamento - quando digo ano passado, falo de 2004. Então, em 2004, nós estamos falando de seiscentos e onze milhões de reais. Esse número, à medida que houver acréscimo na liberação, vai aumentar um pouquinho. Agora, para o ano que vem, esse número tem também uma grandeza nesse valor.

Nós tentamos, e o Governador tem tentado junto ao Governo Lula, fazer com que seja reconhecido também para o Estado - não é só o caso nosso, de Mato Grosso, mas todos os Estados estão brigando por isso - a mesma condição que foi dada na renegociação da dívida externa, principalmente no que tange à receita primária nossa, porque se pudermos colocar os nossos investimentos, aí, sim, poderemos melhorar um pouquinho... Isso reduz o valor na dívida e, com certeza, sobra um pouco mais para podermos investir no social deste Estado.

Existem alguns estudos que foram levantados - e o Secretário Yênes também está coordenando isso -, com a perspectiva de melhorarmos a captação de recursos junto ao Governo Federal e que também o Governo Federal flexibilize um pouco mais o nosso prêmio de não ser um Estado que está perdendo receita e, com isso, pagando menos dívida. O que está acontecendo em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

nosso Estado é o contrário, a nossa receita está crescendo e estamos pagando um pouco mais de dívida.

O que se questiona é que o que está sendo levado ao Governo Federal é que não nos interessa pagar essa dívida em menos anos, mas pagar menos dívida, de menos valor ou mesmo valor que foi projetado inicialmente, na mesma quantidade de anos. Não precisamos diminuir de quarenta para trinta anos; nós podemos continuar pagando em quarenta anos e diminuir, sim, o valor da dívida a ser paga.

Essas são algumas propostas que estão sendo apresentadas, e precisamos, efetivamente, do apoio de todos os Deputados, porque com eles conseguimos trabalhar no Poder Legislativo Federal e também influenciar as pessoas que nos representam, não só lá em Brasília, mas no todo, lá em Brasília, como também os próprios Secretários, para que todo mundo possa brigar, com isso, junto ao Governo Federal.

O que nós quisemos falar no início era basicamente sobre a responsabilidade de apresentar uma LDO, mas principalmente de apresentá-la com todos esses parâmetros, voltados ao pensamento de que a LDO é apenas um instrumento do conjunto, como um todo. E como a LDO está aqui...

Quando estamos falando de LDO, estamos falando de planejamento; e quando estamos falando de planejamento, estamos falando desde o pensar, de discutir com a sociedade, de transferir no papel, de fazer essa conexão do que se transferiu no papel para o Orçamento, e entregar o Orçamento no final do ano, que é isso aqui, para todos os senhores fazerem a aprovação.

Eu gostaria de acrescentar que esse processo de mudanças, de propostas que a SEPLAN está fazendo, visa, cada vez mais, aproximar aquilo que o cidadão precisa para a execução, e visa, cada vez mais, aproximar a transparência entre as ações de Governo e aquilo que a sociedade possa conhecer, mas, acima de tudo, trazer para a Assembléia Legislativa uma co-responsabilidade na execução das coisas neste Estado.

Com certeza, nós já tivemos e temos tido parcerias, temos tido um grande apoio desta Casa aos problemas que tivemos e, como eu disse, estamos começando uma forma nova de fazer as coisas - aqui não tem crítica nenhuma àquilo que já foi feito anteriormente. Era o momento necessário de virmos a fazer, em virtude daquilo que tem sido projetado em âmbito nacional, as coisas como estão sendo feitas.

Então, não existe nenhuma crítica àquilo que foi feito no passado, mas existe, sim, a necessidade de modernizar. Não podemos continuar na mesma coisa. Essa necessidade de modernizar vai ocasionar alguns erros, mas esperamos continuar contando com o apoio desta Casa, para que aqui, em conjunto, possamos acertar. Com certeza, no futuro, o grande lucro será de todos nós. Muito obrigado (PALMAS).

(NESTE MOMENTO É RECOMPOSTA A MESA DE TRABALHOS.)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Nós agradecemos as palavras do Dr. Arnaldo Alves.

Concedo a palavra ao Sr. Yênes Jesus de Magalhães.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Primeiramente, quero agradecer ao Arnaldo pela colaboração.

Sr. Presidente Carlão Nascimento, na verdade, eu cometi uma falha no começo da audiência, mas eu queria agradecer, de público, e mais uma vez pedir a colaboração de nosso amigo Otaviano e de sua assessoria. No ano passado, ele foi uma pessoa imprescindível na condução dos trabalhos junto a nossa equipe. O Otaviano já foi da nossa equipe, já foi da Secretaria de Fazenda, conhece toda a equipe e isso facilitou muito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Da mesma forma, este ano, nós também estamos contando, Otaviano, com o seu apoio para podermos melhorar as discussões.

O Dr. Arnaldo colocou uma coisa muito importante, Deputado Carlão Nascimento, que ela transcende a aprovação de um plano, de um orçamento que temos buscado junto à Secretaria de Fazenda, que é responsável pelo programa de consciência fiscal. E consciência fiscal não é mais aquela visão de ensinar os alunos principalmente a pedir nota fiscal. Consciência fiscal, na verdade, na essência do que significa, é você exercer a sua cidadania de saber, de acompanhar, onde realmente estão sendo aplicados os recursos. Isso independe de você está ocupando o cargo ou não. Isso é inerente a todo cidadão.

Quero fazer uma justificativa, Presidente Deputado Carlão Nascimento.

Nós iríamos neste ano fazer o encaminhamento, conforme foi feito no ano passado. Houve participação de vários Deputados, das audiências públicas, dos fóruns regionais - eles ainda serão realizados -, mas o Governo avançou no sentido que estamos trabalhando um programa que é o MT-Regional, que deve ser lançado, agora, no mês de julho, em que os Srs. Deputados estarão sendo convidados para que possamos fazer essa discussão.

O MT-Regional é um programa, como o próprio nome diz, de regionalização das ações do Governo. Vamos estar daqui a duas semanas já promovendo fóruns regionais, mas no sentido não de ir apresentar o projeto, mas de ir já apresentar as ações de Governo voltadas para esse encaminhamento do MT-Regional.

Na verdade, eu sempre digo, Deputado Carlão Nascimento, que nós todos não gostamos de... que nós precisamos aprender a priorizar.

Então, a partir do momento em que definimos essas regiões, o Governo, todo Secretariado discutiu em cima de indicadores de IDH, de PIB, de IDH da educação, da saúde, de renda per capita do cidadão ou do PIB dos municípios e estabelecemos para este ano quatro regiões. Três são regiões do norte do Estado, aquela região de Vila Rica, de Alta Floresta; a região de Guarantã; e também a baixada cuiabana, porque os piores indicadores - diga-se de passagem - estão aqui.

Ainda ontem, Deputado João Malheiros, eu estive proferindo uma palestra no encontro da Secretaria de Segurança Pública para gestão integrada da segurança - estive o Secretário Nacional de Segurança aqui - e eu fiquei estarrecido com o número que eu levei para conhecimento das pessoas que estavam ali.

Nós acabamos de receber aquele mapa de violência da UNESCO que aponta que o grande problema é a na nossa juventude, principalmente, dos 15 aos 24 anos. O mapa traz Cuiabá como a capital em primeiro lugar de morte por homicídio, de jovem armado. Fiquei estarrecido quando vi aquilo. Também traz Cuiabá como a segunda capital em mortes, não só na questão de jovens.

Quando se apresentou o Estado de Mato Grosso em segundo, eu imaginei que fosse por causa da questão do Rio de Janeiro. Então, nós ficamos em segundo, por causa do Rio de Janeiro que é o primeiro Estado. Mas quando se trabalha a cidade, Cuiabá está em primeiro lugar, porque o Rio de Janeiro foi contemplado com São Gonçalo e Niterói.

Então, é um complicador, sem dúvida, muito grande. E isso está fazendo com que tanto no ano passado, quando foi estabelecido pela população naqueles fóruns que nós realizamos que a prioridade era a Segurança, em que nós, por determinação do Governador, fizemos o contingenciamento de 65% do Orçamento no custeio, no investimento, que proporcionou incrementarmos cem milhões a mais para o setor de segurança pública... Para este ano, também estamos envidando todos os esforços no sentido de, dentro das nossas possibilidades, ampliar esse recurso para a segurança pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

O que nos preocupa muito, sem dúvida alguma - o Dr. Arnaldo tinha colocado aqui, e isso nós estamos discutindo com o Governador; hoje, eu passei a manhã toda com o Secretário de Administração e com o Secretário de Fazenda; e, amanhã, estaremos reunidos com o Governador pela necessidade de ampliarmos essa discussão com os Srs. Deputados estaduais, federais e Senadores - é em relação à questão da dívida pública do Estado de Mato Grosso.

Na semana passada teve uma reunião com o Banco Mundial, quando o Banco Mundial esteve no gabinete do Governador elogiando o Estado de Mato Grosso por estar cumprindo todas as metas estabelecidas. Essas metas estão sendo cumpridas em dobro do que estava estabelecido, porque, na verdade, quando o Estado repactuou a sua dívida, que foi para 40 anos, tínhamos índices amarrados ano a ano para o Estado, e, devido ao Estado promover esse crescimento e também conter a sua despesa, automaticamente, nós não vamos mais pagar a dívida em 40 anos. A perspectiva é que a gente vai pagar a dívida em 30 anos, só que 30 anos sem investir, sem dar retorno para a população.

Então, nós dissemos para o Banco Mundial, porque, infelizmente, Deputada Verinha Araújo, hoje, a Secretaria do Tesouro Nacional, o Ministro da Fazenda não aceitam discutir com os Estados a repactuação de suas dívidas. E eu coloquei isso na reunião com o Banco Mundial, porque o Banco Mundial está, esta semana, sentado com o Governo Federal, repactuando a dívida da União. E a União só está conseguindo isso, Deputado Carlão Nascimento, por dois motivos: primeiro, porque está pagando a dívida pública em dia, como é o caso de Mato Grosso que também vem ao longo dos anos pagando a dívida em dia; e segundo, porque conseguiu um superávit primário, no ano passado, graças aos Estados.

Então, os esforços que os Estados fizeram e Mato Grosso, hoje, é o maior esforço em nível de Brasil, de todos os Estados. Isso nos dá possibilidades tal qual o Governo federal de poder discutir com o Banco Mundial uma repactuação. Nós também queremos discutir essa repactuação. Nós queremos continuar pagando a dívida, mas pagar naquilo que foi acertado, pagar em 40 anos. Se nós conseguirmos pagar a dívida em 40 anos, conseguir esse acordo, nós teremos, no mínimo, cento e cinquenta milhões a mais para podermos investir, principalmente, no social do nosso Estado. Então, essa é uma necessidade. Nós precisamos apresentar esses números, principalmente, para a sociedade como um todo e buscar fazer essa discussão, buscar um mecanismo de sensibilizar o Governo federal, porque nós não podemos ser tratados iguais a outros Estados que não têm apertado o cerco, não tem feito o seu dever de casa e vai pagar a dívida em 40 anos. Quer dizer, hoje, qual é a vantagem para nós nos esforçarmos? Quer dizer, nós estamos sendo penalizados por crescermos! Isso precisa ser revisto.

Eu fiz aqui, rapidamente, Deputado Carlão Nascimento, a imprensa estava perguntando, fazendo questionamento com relação ao que está contemplado na LDO. Então, nós temos o amarramento constitucional que o Arnaldo tinha dito aqui: 22% da dívida pública; 25% para a educação; 12% para a saúde; 4% para UNEMAT que é ensino superior; 1% FAPEMAT e CEPROTEC; depois de tudo isso tem 13% dos poderes. O que sobra nós temos: salário, reserva de contingência, precatório e custeio. Quer dizer, investimento, hoje, não existe.

Aí as pessoas falam: “não tem investimento para o Estado de Mato Grosso?” Tem investimento, mas somente o que é carimbado. Nós temos investimento na Secretaria de Transporte, na Educação, na Saúde, na UNEMAT, na FAPEMAT e CEPROTEC, fora isso, os órgãos que não têm vinculação não tem menor possibilidade, tanto que este ano nós precisaríamos fazer um contingenciamento, mas não temos como fazer. Na elaboração do Orçamento do ano passado, os senhores vão se lembrar, nós sempre estávamos dizendo: no ano que vem nós estaremos contemplando secretarias com salário e custeio. Hoje, se tiver que acontecer alguma coisa, vai ser o custeio, vai ter que talvez a secretaria abrir um período só... Quer dizer, tem essa dificuldade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Quando o Governador disse que a continuar assim, em 2007 Mato Grosso iria quebrar, iria quebrar nesse sentido, porque a dívida não tem como deixar de pagar, porque ela já é descontada antes do recurso vir para cá. Aí você tem que aplicar obrigatoriamente na saúde, na educação, na UNEMAT, na FAPEMAT e, automaticamente, o que sobra é para o salário. Nós estamos, para o ano que vem, talvez, prejudicando até o custeio da máquina pública, nós vamos ter que repensar isso porque não existe mais alternativa, é um complicador muito grande. Não sei se seria a oportunidade, Deputado Carlão Nascimento, mas nós estamos apreensivos. Depois da reunião de hoje, eu saí de lá meio perdido, porque nós precisamos sentar com mais gente e buscar soluções. E eu vejo que as soluções, hoje, passam principalmente por solução política. Há necessidade de abirmos mecanismos, abirmos interlocução para que nós possamos, de repente, sensibilizar e buscar uma forma de garantirmos que esse crescimento do Estado seja transformado em desenvolvimento, que realmente o Poder Público consiga cumprir a sua função de promover qualidade de vida para a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Obrigado, Secretário Yênes Magalhães.

Vamos passar a palavra ao Deputado João Malheiros.

O SR. JOÃO MALHEIROS - Boa-tarde a todos!

Sr. Presidente da Comissão Deputado Carlão Nascimento, Deputado Dilceu Dal Bosco, Deputado Da Silva, nosso companheiro de longas e longas datas, Vereador por Cuiabá, Yênes Magalhães, hoje Secretário de Estado, companheira Deputada Verinha Araújo:

Eu quero dizer que nós iremos fazer de tudo para fazer uma integração da melhor forma possível. Nós já temos aqui, hoje, cento e quarenta e quatro emendas à LDO. Eu acredito que muitas outras virão. Isto aqui eu já vou procurar colocar à disposição de Vossa Excelência amanhã pela manhã. Já estarão prontas as fotocópias de todas elas para que possa, a Secretaria, dar andamento aos trabalhos.

Com referência à violência em Cuiabá, é uma das coisas que mais afeta aqueles que aqui nasceram, viveram e conviveram numa sociedade totalmente diferente, pacífica, tranqüila, de portas abertas, onde o último filho é que trancava a porta, e o carro que por ventura existia estava à porta, porque não tinham garagem as casas, e dormia-se de portas abertas, não havia roubo, não havia violência.

Diziam até que ser delegado em Cuiabá era a melhor coisa do mundo. Quando tinha muito trabalho, era para pacificar briga de vizinho, por estas ou aquelas questões muito pequenas e de fácil resolução.

A segurança, nós temos que reforçá-la, mais que isso, nós temos que ter a possibilidade de fazer com que haja investimento de maneira que tenha mais emprego, que o social seja atendido, porque aí sim, dessa forma, nós teremos possibilidade de diminuir essa violência que nos afeta muito e nos agride de maneira violenta, principalmente, volto a repetir, aqueles que viveram numa Cuiabá diferente.

Eu quero dizer que eu tenho um compromisso importantíssimo. O Deputado Mauro Savi está há mais de duas horas nos chamando e o telefone aqui já tocou algumas dezenas de vezes. Nós estivemos, estamos aqui, estaremos amanhã, se Deus quiser, lá em Várzea Grande, assim como segunda-feira em Cáceres, colhendo subsídios efetivamente para as emendas, passando e discutindo com Vossa Excelência, para que possamos, no menor tempo possível, ter tudo isso definido, como diz o Deputado Carlão, para que nós possamos, no dia 30, votar isso aqui de maneira tranqüila. Evidentemente, nós também estamos pensando no PPA. Nós contemplaremos duas votações no mesmo dia, embora a lei determine que a LDO é requisito básico de cumprimento legal, mas nada impede de nós tentamos viabilizar e votarmos tudo de uma vez para facilitar evidentemente a elaboração do orçamento futuro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

É o que nós tínhamos a dizer, desejando que esta audiência tenha, se não grande participação de populares, significativa participação daqueles que se preocupam com a coisa pública. Muito obrigado. Peço escusa a todos os senhores para me ausentar, em função do compromisso que tenho.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Obrigado, Deputado João Malheiros.

Apenas, Deputado João Malheiros, eu gostaria de convocar Vossa Excelência para a Sessão de amanhã, às 14:00 horas, em Várzea Grande.

Com a palavra, o Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Boa-tarde a todos!

Cumprimento o Presidente da nossa Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Da Silva, Deputado João Malheiros, Deputada Verinha Araújo e, também, o Secretário de Planejamento, Sr. Yênes Magalhães, e demais autoridades aqui presentes.

Como Relator designado do PPA, eu quero dar a minha contribuição fazendo uma participação neste ato tão importante. Eu tenho, Deputado Carlão Nascimento, a preocupação quanto ao dia 30, que teremos a aprovação do PPA e da LDO, porque nós temos um compromisso inadiável na nossa região. Nós teremos que conversar depois sobre a relatoria deste plano.

É importante colocar, Secretário Yênes, que pela ordem normal das aprovações, nós teríamos que ter isso no ano passado primeiro o PPA, depois a LDO e depois o Orçamento. Na verdade, é uma deficiência da lei a forma como é feito. Por outro lado, é uma forma de evitar a descontinuidade de programas de Governo quando vem a sucessão. Ele é feito no primeiro ano de gestão de um novo Governo e trabalha-se com a LDO, com o Orçamento e com o PPA, na verdade, do Governo que deixou. Nem sempre os programas do novo Governo são os mesmos deixados pelo Governo anterior. Esta foi uma deficiência do ano passado. E nós fizemos uma correção, através de uma emenda que eu apresentei naquela ocasião, remetendo as metas do PPA à LDO do ano passado. E ficou acertado, naquela ocasião, que estaria vindo para esta Casa a revisão do PPA 2004/2007. Ele está aqui e para nossa alegria ele está contemplando. Se eu não errei nas contas, Sr. Secretário, das duzentas e cinquenta e duas emendas apresentadas, foram, na verdade - na época nós retiramos por um acordo que fizemos entre os Parlamentares e o Governo -, contempladas ou parcialmente contempladas, já cento e setenta e uma emendas, dando um percentual de 68%, portanto, 32% não contempladas; um número razoável e interessante. Dá para ver a preocupação do Governo com as propostas que, na verdade, não são dos Parlamentares, e sim da população de onde o Deputado representa - no meu caso, a região de Sinop.

Até agora nós recebemos, de emendas ao PPA, trinta e oito que serão analisadas em conjunto - isso ficou definido pelo Presidente da Comissão. Na terça-feira pela manhã, Deputado Carlão Nascimento, estaremos analisando-as em conjunto.

E quero aqui fazer um pedido, dentro da possibilidade, lógico e evidente, ao Secretário de Planejamento, de uma emenda nossa que também foi retirada no ano passado, de que se discriminasse pelo menos por município, através da metafísica, esse... Eu acho que seria interessante para um acompanhamento, pelo menos em nível de projetos e obras, que se tivesse essa metafísica.

Eu sei que muitas vezes é complicado, é difícil, até porque fica mais fácil deixar de forma abrangente dentro do orçamento, da arrecadação e da prioridade... Nós sabemos que Governo vive muito de prioridades momentâneas, também, das dificuldades, em função de vários fatores, mas seria importante, até porque esta Comissão, e, com certeza, o Presidente desta Comissão, que está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

fazendo um belo trabalho, o Deputado Carlão Nascimento, tem recebido cobrança do Ministério Público quanto ao cumprimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Hoje, essa prestação de contas, digamos assim, é anual. E, na verdade, o Ministério Público gostaria que fosse mensal. Sabemos das dificuldades, mas fosse pelo menos quadrimestral essa prestação de contas para que se deixasse a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária numa situação também tranqüila.

Gostaria de dizer da importância, Deputado Carlão Nascimento e Secretário Yênes, dessa democratização das discussões do PPA, da LDO e do Orçamento do Estado de Mato Grosso. No ano passado foram feitas, também, várias audiências, principalmente nas cidades pólos. Este ano já fizemos uma em Vila Rica, esta agora, amanhã outra em Várzea Grande e, na segunda-feira, em Cáceres, exatamente para que a população, para que a sociedade tenha o espaço democrático para discutir, sugerir e até criticar a proposta enviada à Assembléia Legislativa, tanto da revisão do PPA, neste momento, como também da LDO e, futuramente, do Orçamento do Estado.

Infelizmente, o que nos entristece é que a sociedade, mesmo convocada, não tem participado muito e fica muito mais fácil, depois, criticar. Então, nós gostaríamos realmente que a sociedade participasse mais, que trouxesse sua sugestão, sua opinião, sua crítica.

A revisão está sendo apresentada, na verdade, com seis objetivos estratégicos do Governo, se não me falha a conta, 98 programas e dentro dos programas estão os vários projetos de Governo, interessantes para o Estado de Mato Grosso e que nós estaremos analisando, relatando e, com certeza absoluta, encaminhando para a aprovação no dia 30, que é o prazo limite para que isso seja aprovado.

Eu acho que é importante a aprovação primeiro do PPA, pelo menos no mesmo dia do PPA, na seqüência, a LDO, que estaremos cumprindo a formalidade legal.

Cumprimento o Deputado Zeca D'Ávila, que acaba de chegar.

Quero dizer, Deputado Carlão Nascimento, e principalmente parabenizá-lo pelo belo trabalho que Vossa Excelência vem fazendo frente a essa Comissão como Presidente.

Parabenizo também o Secretário Yênes Magalhães e toda sua assessoria, a todos os técnicos e as pessoas que, com certeza absoluta, se debruçaram sobre esse assunto, tanto do PPA, da LDO e depois do Orçamento. Não é um trabalho fácil.

Quero agradecer carinhosamente também ao Otaviano, que tem contribuído muito, principalmente para a Comissão e para os Deputados na Assembléia, para que possamos apurar nossa visão crítica e até nossa contribuição ao PPA, à LDO e ao Orçamento, enfim, a todos aqui presentes que, de uma forma ou de outra, estão ajudando a construir a nossa história, o nosso Estado e os nossos municípios.

Um abraço e obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Agradecemos ao Deputado Dilceu Dal Bosco.

Concedo a palavra à Deputada Verinha Araújo.

Antes, porém, Deputada, gostaria de agradecer a presença do ilustre Deputado Zeca D'Ávila e convidá-lo a fazer parte da Mesa conosco.

O Deputado Zeca D'Ávila faz parte da outra comissão, da Comissão de Constituição e Justiça, que também dará parecer a todas essas emendas e também em todo projeto.

Também estou vendo o Edil, que é Presidente da Associação de Bairro do CPA. Agradecemos a sua presença também.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde a todos e a todas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Quero cumprimentar a população que acompanha esta Audiência Pública, em nome do Edil, que é do CPA. Quero cumprimentar também a Mesa, os Deputados que comparecem a esta primeira Audiência Pública, a segunda, na verdade, para tratar da LDO, que são as Leis de Diretrizes Orçamentárias em relação ao orçamento para 2005.

Queria levantar algumas questões.

Primeiro, comunicar a todos e a todas que protocolamos ontem, no Ministério Público Estadual, uma representação para que o Governo cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal em relação à prestação de contas aqui na Assembléia Legislativa.

No ano passado, ano de 2003, eu apresentei dois Requerimentos, porque, quando Vereadora, cobrávamos para que o Secretário de Finanças fosse à Câmara prestar contas a cada quatro meses em relação ao arrecadado e as despesas do Poder do Executivo. E hoje, inclusive, não precisa mais convocar o Secretário Vivaldo, isso já é algo que ele inclusive assume, é da própria iniciativa dele ir à Câmara Municipal prestar contas.

No caso do Governo Estadual, eu gostaria que fosse também tratado dessa forma, porque, como professora que sou, gosto muito da didática e do planejamento. Então, como vamos planejar algo se não temos uma avaliação do ano anterior? Como vamos planejar as metas de 2005 se não temos uma avaliação do que está sendo 2004. Em relação a 2003, já temos a prestação de contas no Tribunal de Contas, as contas inclusive aprovadas, com algumas ressalvas. É um objeto, inclusive, que nós Deputados devemos ter em mãos, vamos receber isso logo para podermos aqui acompanhar a votação ou não do Tribunal de Contas, exaurida do Tribunal de Contas pelos Conselheiros.

Mas em relação a 2004, eu já vi algumas entrevistas do Secretário de Fazenda dizendo que houve queda na arrecadação, etc. Então, isso fica muito *sui generis*, fica muito vago. É preciso que se cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal quando ela determina que o Poder Executivo deve comparecer ao Parlamento Estadual, no nosso caso, nos meses de fevereiro, maio e setembro. E tem que ser sob forma de audiência pública. Não é vir aqui fazer uma reunião com os Deputados numa sala fechada, é expor ao público a sua arrecadação, a sua despesa, discutir isso com o público.

Nesse sentido é a nossa representação protocolada ontem no Ministério Público Estadual, mesmo porque nós Deputados podemos incorrer em ato de improbidade administrativa, e, no caso, o Governo, até o momento, não está cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação ao PPA, nós votamos o projeto no ano passado nesta Casa, e, como Parlamentar - está aqui relatado -, eu quero elogiar o trabalho feito pela assessoria do Secretário Yênes Magalhães, porque nós apresentamos 64 emendas ao PPA, e das 64 emendas que a Deputada apresentou, 37 foram contempladas, foram acatadas no PPA. Então, agradeço. E as que não foram acatadas, nós vamos reapresentar, porque são ações sociais, na maioria.

Com relação à LDO, nós temos o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, que diz o seguinte: “A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão e contratação de pessoal a qualquer título pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

II - se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista”.

Na LDO que nós recebemos aqui não há nenhum artigo que coloque a revisão anual dos salários dos servidores públicos. Não há, não está escrito! Eu gostaria que me fosse demonstrado o percentual de reposição salarial. No ano passado, na LDO de 2004, que nós votamos em 2003, não tinha. Nós apresentamos emenda, foi apreciada, foi aprovada, depois o Governador

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

vetou. E os vetos retornaram a esta Casa de Leis, outros vetos foram acatados, mas esse, especificamente com relação à revisão anual dos salários dos servidores públicos, infelizmente, foi mantido, mesmo por aqueles Parlamentares que haviam votado anteriormente.

Eu gostaria de fazer algumas considerações em relação aos pontos específicos da LDO, aos artigos, ao preâmbulo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da LDO para 2005.

O art. 13 diz: “A Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, prevista no § 1º do art. 164 da Constituição Estadual, terá acesso, para fins de consulta, quando da apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização da execução orçamentária, ao Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, ao Sistema de Administração de Pessoal e ao Sistema de Acompanhamento da Arrecadação”. E isso não está sendo cumprido.

Eu gostaria que os membros da Comissão Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Casa se pronunciassem a respeito de receber a senha para terem acesso a esse dispositivo. Mas, independente disso, como Parlamentar Estadual, eu gostaria de ter acesso. Por que só os membros da Comissão Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária? Por que a Constituição Estadual determina? Mas está sendo cumprido? Como Parlamentar, eu gostaria também de ter acesso, e não tenho.

Outro ponto é com relação à questão da elaboração da LDO. Ele diz no parágrafo único do art. 16: “Serão divulgados pelo Poder Executivo na *internet*: as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar Federal n. 101/2000; proposta de lei orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares; Lei Orçamentária Anual e seus anexos; execução orçamentária com o detalhamento das ações de forma regionalizada, por função, subfunção e programa, mensalmente e de forma acumulada”. Eu gostaria de saber se isso está sendo cumprido.

Outro ponto é o art. 19: “As propostas parciais do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos órgãos e entidades do Poder Executivo serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral até o dia 13 de agosto.”. Quero saber, apesar de ser para o futuro, se no passado isso ocorreu, até porque o Arnaldo estava dizendo que se discute o Orçamento só em setembro. Quando chega o mês de setembro, todo mundo fica correndo atrás, quando na verdade isso deveria ser uma constante nas Secretarias de Governo que são responsáveis por esse setor.

Deixem-me levantar outra questão que anotei, que são os precatórios. Hoje, inclusive, estou fazendo um requerimento sobre os precatórios, porque diz o art. 41: “O Poder Judiciário encaminhará ao órgão central de orçamento, até dez dias após a publicação desta lei, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2005.”. Eu tenho informações de que não há hoje um controle em relação ao pagamento dos precatórios. Inclusive, eu farei um protocolo disso hoje na Sessão vespertina, sobre os precatórios que foram planejados e que estão sendo pagos pelo Poder Executivo.

Por último, a questão da publicação do quadro de pessoal. Aqui diz que até o vigésimo dia do mês subsequente ao trimestre vencido, por unidade orçamentária, demonstrativo de despesa mensal com pessoal e seu encargo, artigo 61. Eu quero saber se isso também está sendo cumprido. Principalmente nós aqui da Assembleia Legislativa temos que cumprir a lei! Assembleia Legislativa, Poder Judiciário, Executivo, Ministério Público. Está aqui, isto aqui é lei! Como está isso?

Outro ponto, o último que eu quero levantar, é especificamente esse que entrei com representação ontem no Ministério Público. Diz o art. 63 da LDO: “Para fins da realização de audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal n. 101/2000 (LRF), o Poder

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, no prazo de até 03 (três) dias antes da referida audiência, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.”

Então, como o Arnado disse que praticamente é uma cópia da nossa LDO da 2003, isso aqui deve estar contemplado, mas não está sendo cumprido. Se tiver contemplado esse ponto na LDO do ano passado, ele não está sendo cumprido. Nós não recebemos até agora a avaliação quadrimestral, nem se marcou audiência pública.

Eram essas as questões que eu queria levantar.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Muito obrigado, Deputada Verinha Araújo.

A Deputada coloca a questão desse sistema... No ano passado, nós cobramos, cobramos, colocamos na LDO, fizemos requerimento, eu ameacei entrar no Ministério Público, e infelizmente nós não recebemos a senha do SIAF. Do SIDOR, eu confesso que nós recebemos, o Secretário Yênes disponibilizou para nós, então nós temos a senha do SIDOR, mas a Secretaria de Fazenda realmente é muito complicada nesse setor. Nem a Comissão tem acesso a isso. Eu acho que nós temos que fazer um requerimento, porque o Ministério Público tem nos cobrado isso. Existe no Ministério Público uma Comissão estudando, avaliando todo o desenvolvimento dessas peças orçamentárias, porque não basta só fazer uma boa LDO, um bom PPA, um bom Orçamento, se depois na execução você não tem condições de acompanhar isso.

Então, essas peças orçamentárias, por mais que sejam discutidas com a sociedade, por mais demonstradas - e a sociedade tem se empenhado nisso -, infelizmente, o cumprimento dessas peças orçamentárias, na realidade, tem sido muito esquecido.

Quando a gente pede aqui para fazer detalhamento até em nível de município, eu sei que a equipe do planejamento, que o Secretário de Planejamento tem a maior boa vontade de fazer isso, mas o Arnaldo colocou, aqui, a Secretaria só coordena um trabalho que é feito lá em cada Secretaria. E há uma resistência muito grande de determinados Secretários em fazer esse planejamento realmente.

Então, são coisas de que nós precisamos. Eu lutei muito, o ano passado, na Comissão. E, este ano, eu até fiz questão de não relatar nem o Orçamento, nem o PPA e nem a LDO. Estou passando para outros Deputados da base do Governo para ver se eles têm mais acesso do que eu, porque, na realidade, nós não tivemos acesso a essas informações realmente. É muito complicado, o Governo se nega, quer dizer, esta Casa confunde muito também a questão de ser base do Governo com a função primordial do Parlamentar que é a de fiscalizar. Eu posso ser da base do Governo, defender a política do Governo, os projetos do Governo, mas eu tenho a responsabilidade de fiscalizar. E, lamentavelmente, até requerimento que apresentamos no Plenário - e a Deputada Verinha Araújo tem feito isso com muita eloquência inclusive, mas tem sido derrotada em todos os requerimentos de pedidos de informações... Eu acho que a sociedade tem que saber disso também, que os pedidos de informações que temos feito, aqui, têm sido constantemente reprovados em Plenário. A cultura Parlamentar nossa coincide a função de defender o Governo com a função de fiscalizar o próprio Governo que ele defende.

Então, nós precisamos ir criando isso na cabeça das pessoas para que possamos ter o maior número de pessoas envolvidas nisso e fiscalizando. Eu fui cobrado pelo Ministério Público para que eu mandasse um ofício sobre a execução de todas as metas estabelecidas no ano passado. Então, ficamos meio perdidos nisso. Nós não temos...

Então, acho que tem que haver da parte de determinada Secretaria esse empenho também. Aqui, para se obter determinadas informações, temos que estar praticamente implorando.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Às vezes, um requerimento de Deputados é aprovado, mas quando chega ao Secretário a coisa fica perdida por lá e não chegam as informações.

Eu lamento isso, mas queria fazer este registro e somar à Deputada Verinha Araújo no sentido de que possamos ter as informações. Eu acho que o Governo tem que, no mínimo, dar esse espaço de informação por mais que ele tenha aqui vinte e dois ou vinte e quatro Deputados que o defendam.

Eu consulto se alguém gostaria de usar da palavra.

Se alguém quiser falar, a palavra está aberta.

(ALGUÉM SE MANIFESTA DA PLATÉIA, PERGUNTANDO SE PODERIA FALAR SOBRE O ESTATUTO DA PM.)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Nós estamos discutindo aqui basicamente a LDO e o PPA. Nesse caso não seria o fórum adequado.

Eu vou passar a palavra ao Secretário Yênes Magalhães, para que ele possa responder às questões levantadas pela Deputada Verinha Araújo.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Carlão Nascimento.

Eu quero pedir autorização a Vossa Excelência para me dirigir ao Deputado Zeca D'Ávila.

Na abertura, Deputado Zeca D'Ávila, eu fiz uma agradecimento muito especial a Vossa Excelência pelo ofício que eu recebi dos questionamentos em relação à LDO. Gostaria de agradecer porque a sua assessoria, os três técnicos, esteve reunida com a nossa assessoria na SEPLAN e isso foi de muita valia. Serviu para identificarmos os pontos falhos que nós tínhamos cometido. Mais uma vez, eu só quero agradecer. Que seja uma constante. Nós estamos à disposição para recebermos esse auxílio.

Em relação à questão do...

A Sr^a Verinha Araújo - Eu só quero um aparte.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Está certo, Deputada.

A Sr^a Verinha Araújo - Este ano Vossa Excelência ganhou de mim, porque no ano passado eu fiz o que Vossa Excelência fez, tanto é que foram corrigidas algumas questões. Mas este ano eu fiquei cuidando daquela questão da saúde e me ative muito pouco à LDO. Como nós temos um prazo até terça-feira, ainda vamos apresentar alguns questionamentos.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Está certo, Deputada Verinha Araújo.

Em relação à questão do salário, no ano passado, Vossa Excelência também tinha pedido o estabelecimento de um índice. E nós colocamos aos Srs. Deputados que fica muito difícil trabalhar com índices, uma vez que o orçamento é elaborado com a data de 15 de julho. Então, os números vão mudar muito no decorrer do ano. E que, em ocorrendo uma capacidade financeira, seria dado o reajuste. Então, isso ocorreu no ano passado.

Este ano muitas categorias tiveram recomposição salarial, tiveram os 7,67% para todos os outros que não tiveram recomposição. Quer dizer, novamente, este ano o Governo estará pedindo para os Srs. Deputados a possibilidade de aprovar...

Aqui nos temos o art. 48: "No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2005, no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, fica autorizada a revisão do vencimento dos servidores públicos estaduais, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observado os limites estabelecidos no art. 20, inciso II, alíneas, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00, e desde que compatível com a meta de resultado primário do Anexo de Metas Fiscais."

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

Então, tal qual foi encaminhado no ano passado - novamente nós estaremos pedindo o apoio dos Srs. Deputados - fica muito difícil para que o Governo possa estabelecer índice.

Em relação ao SIDOR, o Deputado Carlão Nascimento respondeu... Aí, terminando esta audiência pública, Deputado Carlão Nascimento, vou estar conversando com o Secretário Valdir em relação à questão do SIAF, porque, no ano passado, houve a solicitação. E como imediatamente os nossos técnicos vieram aqui treinar o pessoal da Assembléia Legislativa, eu achei também que a Secretaria de Fazenda tinha dado o mesmo encaminhamento. Talvez seja a falta de dar esse encaminhamento, mas, saindo daqui, vou falar com ele ainda no dia de hoje.

Em relação a essa questão do prazo para elaboração, Deputada Verinha Araújo, realmente, é uma dificuldade muito grande, sempre temos colocado - eu sou uma pessoa que procuro ser o mais transparente possível - que quando estabelecemos uma data para que seja elaborado... Geralmente, nós tínhamos que encaminhar o projeto no dia 30 de setembro, e acabava chegando de alguns órgãos a proposta no dia 30 de setembro. Então, ficava impossível fazermos uma avaliação. Esse ano, nós demos uma acelerada, estabelecemos um prazo de limite para o próprio Executivo. Então, esse prazo de 13 de agosto estará sendo cumprido para todos os poderes.

Para o Executivo, nós deveremos ter a proposta finalizada dos órgãos, no máximo, até o dia 20 de agosto, para que tenhamos um tempo de fazer uma avaliação e poder interferir realmente nessas propostas que estão sendo apresentadas pelos órgãos. Porque, na verdade, eu tenho sofrido assim dentro de uma discussão, dentro do Executivo... Porque, apesar de ser elaborado por todos, e a SEPLAN faz apenas a coordenação, a lei não me protege, ela diz que a responsabilidade, pelo Orçamento, é minha. Então, este ano, nós estamos dando um mês de prazo para fazermos essa avaliação.

E nesse um mês, Deputado Carlão Nascimento, vou me colocar à disposição dos Srs. Deputados para que possamos fazer aquilo que já tínhamos conversado, que o Arnaldo tinha conversado aqui, sobre a possibilidade de estarmos fazendo na elaboração do orçamento. Então, qualquer proposta que os Deputados tenham, e isso vamos estar oficializando, se puderem estar colocando a assessoria junto com a nossa, para vermos o que podemos estar implementando, independente do que for aprovado em nível de elaboração do Orçamento de 2005.

Em relação aos precatórios, Deputado Verinha Araújo, hoje existe um acordo do Executivo com o Tribunal de Justiça. Os precatórios são todos controlados pelo Tribunal de Justiça. Ele nos manda esse relatório e o Estado segue aquele cronograma para o cumprimento dos precatórios, dentro das possibilidades.

Nós sabemos que o montante para precatórios ainda é muito pequeno, mas está ocorrendo controlado pelo Tribunal de Justiça.

Em relação à avaliação quadrimestral, antes de começar a audiência até disse para Vossa Excelência, houve realmente um atraso por parte do Governo do Estado, mas no dia 06 de junho - hoje já é dia 23 - foi encaminhado, o Secretário Waldir Teis encaminhou, um ofício ao Presidente Riva, colocando-se à disposição para que fosse marcada essa audiência aqui na Assembléia Legislativa, que ele viria. Nós também vamos acompanhar essa audiência. Então, o Governo do Estado cometeu um atraso realmente, mas estamos à disposição, aguardando.

Enquanto o Deputado Carlão Nascimento estava falando, eu liguei para o Secretário Waldir Teis e ele me disse que está aguardando o retorno do Deputado Alencar Soares, que é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que ficou de marcar a data dessa audiência. Então, estamos à disposição.

É uma formalidade legal que tem que ser feita, mas o Executivo tem publicado os balancetes bimestral e quadrimestral. Então, a publicação foi feita, o que falta realmente é o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS MENSAGENS Nº 32 (LDO) E Nº 32-A (PPA), REALIZADA NO DIA 23 DE JUNHO DE 2004, ÀS 14:00 HORAS.

cumprimento total da legislação, de vir fazer a apresentação nesta Casa de Leis. Isso realmente tem que ocorrer, e vai ocorrer o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Na realidade, o Deputado Alencar Soares preside uma Comissão que não tem nada a ver com a fiscalização. Então, o encaminhamento está errado. Na realidade, o Deputado Alencar Soares não... A Comissão para a qual o Secretário tem que se dirigir é a nossa. Nós iremos fazer um contato com o Presidente para ver se podemos marcar essa audiência pública.

Mais alguém gostaria de falar?

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Deputado, nesse sentido, com a informação do Secretário de Planejamento, eu vejo que a própria Constituição define e a Comissão tem o poder de encaminhar a audiência pública. Que isso seja agendado, para que tivéssemos esta data até amanhã, antes do encerramento dos nossos trabalhos desta semana, a data dessa audiência pública com a presença do Secretário de Fazenda. Antes da nossa deliberação, porque nós devemos estar encerrando na semana que vem os trabalhos aqui, e precisa dessa avaliação, antes de votarmos a LDO. Então, fica o encaminhamento para que Vossa Excelência, junto com o Presidente da Assembléia Legislativa e o Secretário de Planejamento aqui presente, faça isso.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Faremos isso no dia de hoje ainda.

Mais alguém gostaria de falar? Se não há mais ninguém que gostaria de falar, vamos encerrar agradecendo a presença do Secretário Yênes Magalhães, de toda a sua equipe, do Planejamento, da SEFAZ, dos Srs. Deputados, Deputada, dos nossos funcionários aqui da Casa, das Taquígrafas, da nossa assessoria, enfim, da população como um todo, na pessoa do Edil, que é líder comunitário.

No dia de amanhã, faremos uma discussão na cidade de Várzea Grande, às 14:00 horas, na Câmara Municipal de Várzea Grande. Todos estão convidados.

Está encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquígrafia:

- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;

- Revisão:

- Ana Lúcia Bigio;
- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques.